

CRISE E CRÍTICA: 2013 ENTRE DOMINAÇÃO E RUPTURA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Frederico Rodrigues Bonifácio¹

Rogata Soares Del Gáudio²

PALAVRAS INICIAIS: CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE JUNHO DE 2013

Entendemos que a história não é criada como um dado. A história é produzida, como um encadeamento contraditório de fatos no tempo, produzida “numa mescla ambígua de conhecimento e ignorância, de ação consciente e cegueira” (Lefebvre, 1977, p. 187). Mas algum desses fatos, embora não criem ou recriem a história contribuem para desatá-la do longo e aparente silêncio.

Junho de 2013, às vésperas da Copa das Confederações, as ruas de centenas de cidades brasileiras foram tomadas por enormes atos de protesto. Em pauta, as mais diversas reivindicações, as mais distintas esperanças, fazendo aflorar em muitos,

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais. <http://lattes.cnpq.br/7920220193755868>. Orcid não informado. fredrodrigues93@gmail.com. Endereço para correspondência: não informado. Telefone de contato: não informado.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Associada da Universidade Federal de Minas Gerais. <http://lattes.cnpq.br/5123637349209211>. <https://orcid.org/0000-0002-1075-2498>. rogatasoares@gmail.com.

utopias e distopias sobre o rumo daqueles movimentos que, tanto por seu volume quanto por seu caráter *sui generis*, guardavam lugar para o inesperado.

Os atos contra o aumento das passagens de ônibus em São Paulo organizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) funcionaram como uma espécie de fagulha inicial capaz de incendiar uma pradaria, como definiu Vainer (2013), parafraseando Mao Tse-Tung. O que viria emergir a partir dali nenhum dos envolvidos poderia ter o mínimo controle. A violenta repressão policial no protesto contra o aumento das tarifas no dia 13 de junho de 2013, em São Paulo, desencadearia a partir do dia 17, do mesmo mês, uma sequência de atos em todo o país.

Mas é certo que o eclodir dos atos não tem sua gênese ali. Centenas de movimentos sociais e de massa já se ensejam por todo o país ainda que alhures à grande mídia³. Sem ter, portanto, a pretensão de apontar precursores para um momento tão difuso, nos parece pertinente trazer à tona o que estava em voga às vésperas dos movimentos de junho. Muitos autores creditam aos movimentos de Porto Alegre o pontapé inicial, servindo inclusive de reflexo para o MPL de São Paulo⁴. A despeito de serem ou não propulsores do que ocorreria em junho de 2013, os movimentos de Porto Alegre – sobretudo pela organização apresentada pelos mesmos na época – nos fornecem caros exemplos do que estava em voga inicialmente. O Coletivo Defesa Pública da Alegria, ainda em 2012, aponta que por detrás do silêncio passivo que marca as metrópoles cuja urbanização cada vez mais é circunscrita às tramas reprodutivas do capital, pulsões de insatisfação já se faziam ecoar.

³ A dissertação de mestrado de Veloso (2015) expõe um rico panorama de lutas urbanas – sobretudo aquelas referentes ao transporte nas grandes cidades –, e ajuda compreender como os ocorridos de 2013 longe estiveram de inaugurar algumas lutas que a partir de então ganharam maior visibilidade.

⁴ “A faixa de uma das primeiras manifestações dos protestos de junho em São Paulo – ‘Vamos repetir Porto Alegre’ – parece remeter à capital do Rio Grande do Sul como a faísca inicial das revoltas, ainda que não se possa nunca indicar um ponto no espaço e no tempo para o início dos processos sociais (Salvador teve a revolta do Buzu em 2003; Florianópolis viu a Revolta da Catraca em 2004; o Movimento Passe Livre existe desde 2005)” (Cunha, 2013, p. 15).

Estão nos acostumando ao silêncio obrigatório, à onipresença das sirenes, à venda criminosa dos nossos maiores patrimônios públicos. Estão nos acostumando a uma cidade e uma sociedade cinzentas, a um desgoverno municipal que não ouve, impõe, reprime: a população se mobiliza e sua voz cresce, chama atenção para suas reivindicações, mas estas são reduzidas a caso de polícia. (...) Estão nos acostumando a uma sensação de impotência que pesa toneladas. Porto (ex-)Alegre se tornou uma cidade que arranca as pessoas de suas casas em nome de um campeonato de futebol, que esvazia de gente as ruas e praças, que persegue a música e qualquer forma de arte nas ruas e nos bares, que mutila parques e impõe um viaduto na beira do Guaíba – sabia? – em nome da falida cultura do carro, que abandona o transporte público e a bicicleta e orgulha-se de sua ciclovia de 400 metros (...) Nossa alegria como uma bandeira, como um direito⁵.

Para os grupos já há tempos articulados (não apenas em Porto Alegre, mas em diversas cidades brasileiras) o que estava em questão de modo mais amplo, era o direito à cidade, entendido não apenas como direito jurídico e formal, mas como cidadania ampla, como livre movimento, como revolução do próprio urbano⁶. Como nos aponta Lefebvre (1968, p. 155),

“Le droit à la ville se manifeste comme forme supérieure de droits: droit à la liberté, à l’individualisation dans la socialisation, à l’habitat et à l’habiter. Le droit à l’oeuvre⁷ (à l’activité participante) et le droit à l’appropriation (bien distinct du droit à la propriété) s’impliquent dans le droit à la ville⁸”.

⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/defesadaalegria>, acesso em 18 de dezembro de 2013.

⁶ Revolução essa que busque uma estratégia urbana que articule “a contestação prática e teórica realizada pelos resíduos, despojando-a de sua aparência fragmentar; [e] inscreve-a, como momento, no processo pelo qual o urbano revoluciona o mundo. Nas revoltas do corpo, na insurreição do uso e no desafio que as diferenças dirigem contra a homogeneização da troca devemos perceber, de acordo com Lefebvre, os primeiros atos de constituição da sociedade urbana” (Denski *apud* Viegas, 2014, p. 320).

⁷ Embora aponte o direito ao trabalho como um dos momentos fundamentais ao direito à cidade, Lefebvre não se refere ao trabalho alienado, em sua forma abstrata, mas à livre atividade humana, poética e emancipada, pois para o autor a revolução só o é quando “O fim do trabalho não é o lazer mas sim o não-trabalho. A cidade não acaba no campo, mas sim na superação simultânea do campo e da cidade” (LEFEBVRE, 1972, p. 75).

⁸ “O direito à cidade se manifesta como uma forma superior de direitos: o direito à liberdade, à individualização na socialização, na habitação e na vida. O direito ao trabalho (na empresa participante) e do direito de apropriação (embora distinto do direito à propriedade) estão envolvidos no direito à cidade.” [Tradução nossa].

A luta pela redução no preço das tarifas de ônibus aparecia para esses movimentos não como fim último, mas como momento da própria luta pelo acesso à cidade, sufocada pelos ditames da metrópole. Daí a frase tornada jargão, “não é só pelos 20 centavos”, referente ao reajuste das tarifas.



Figura 1. Ônibus coletivo pichado durante as manifestações de junho de 2013

Fonte: <https://revistavidape.wordpress.com/2014/03/20/do-indio-ao-negro-20-centavos-discute-as-jornadas-de-junho-de-2013/> acesso em 03 abril, 2016.

Contudo, o que passou estar em jogo a partir da eclosão dos protestos por todo o país na tarde de 17 de junho tornou-se totalmente obscuro. A miríade de faixas, cartazes e gritos entoados denotava que não se tratava mais de UM movimento, mas de uma miscelânea de contestações e proposições que perpassavam da política ao sarcasmo, não sem que se confundissem (ver figuras 2, 3 ,4 e 5).



Figura 2. Cartazes nas manifestações de 2013

Fonte: <http://www.grabois.org.br/portal/artigos/137985/2013-07-01/o-espontaneo-e-o-consciente-de-volta-para-o-futuro-anotacoes>. Acesso em: 12 maio, 2016.



Figura 3. Cartazes 2013

Fonte: <https://jornadadejunho.files.wordpress.com/2014/05/tem-tanta-coisa-errada-que-nao-cabe-em-um-cartaz.jpg>, Acesso em 02 maio, 2016.



Figura 4. Cartazes nas manifestações de 2013

Fonte: <http://pjm.maristas.org.br/userfiles/130630-Facebook.jpg>. Acesso em 12 maio, 2016.



Figura 5. Cartazes nas manifestações de 2013

Fonte: http://vice.com/pt_br/read/apos-dois-anos-as-jornadas-de-junho-chegaram-ao-maraca. Acesso em 12 maio, 2016.

A semana que se seguiu foi marcada por atos diários nos quais a coesão das reivindicações caminhava em proporção diametralmente oposta à quantidade de pessoas nas ruas. O que, aliás, não poderia ser, de modo algum inesperado, pois são elas mesmas – as ruas – o espaço privilegiado do caos, da desordem, do inesperado e do contraditório. Não em vão Therborn usa a rua como metáfora para exprimir o que consiste o escopo ideológico e seu incessante jogo de interpelação:

La verdadera función de la ideología en la sociedad contemporánea queda mejor ilustrada por la cacofonía de signos e sonidos de una calle de la gran ciudad que por el texto que se comunica apaciblemente con el lector solitario, o por el profesor o la personalidad televisiva que se dirige a una audiencia tranquila y domesticada (Therborn, 1991, s/p)⁹.

O que se via nas ruas, especialmente naqueles dias, parecia a própria concretização da metáfora therborniana em movimento. A cacofonia das ruas passava a gerar sentimentos entre a excitação e o mal-estar. Sobretudo porque ao passo em que cresciam desmedidamente, os atos começavam a ganhar nome, e cada nome já

⁹ "A verdadeira função da ideologia na sociedade contemporânea é melhor explicitada por uma cacofonia de signos e ruídos de uma rua de uma grande cidade do que pelo texto que comunica apazivelmente com o leitor solitário, ou pelo professor ou pela personalidade televisiva que se dirige a uma audiência tranquila e domesticada". [Tradução nossa]

começava a direcionar o que devia ser motivo de excitação ou de mal-estar (Ver figuras 6 e 7)



Figura 6. Capa da Revista Veja de 17 de Agosto de 2013

Fonte: <http://blogconvergencia.org/?p=1788>. Acesso em 12 maio, 2016.



Figura 7. Manifestantes contra e pró Governo petista

Fonte: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/black-bloc-da-sainha-cute-cute-ao-fuzil-e-aos-tanques-na-ucrania/>. Acesso em 7 agosto, 2016.

PETISMO, FINANCEIRIZAÇÃO E A ILUSÃO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

Em meio ao caos, à miscelânea aparentemente indiscernível de vozes e de silenciamentos, o que já se fazia ver? Que elementos os atos de junho continham que nos ajudam a entender seu desdobrar? É certo que com o crescimento desmedido dos atos, nos quais já não se podia identificar nenhum objetivo geral que não o próprio ato espetacular – no sentido debordiano de “fazer parte da história” –, embora nitidamente não houvesse nenhuma clareza que tipo de história estava sendo tecida. Não se trata

aqui de dar conotação negativa ao fato de milhões de pessoas alhures às lutas que precediam a revolta delas se apropriarem, mas de notar que “alguma mutação muito estranha estava em curso” (Marques, 2013, p. 60). Pois a partir do momento em que os atos perderam qualquer vínculo com as lutas concretas, dando lugar a propostas tão vazias quanto abstratas, “o que saía às ruas não eram coletividades organizadas, mas mônadas egoísticas, cada um com um cartaz querendo uma coisa diferente” (ibidem, p. 68). Um momento que parecia trazer em seu âmago a possibilidade do novo começava apenas a reiterar o campo sobre o qual buscou se erigir. O que certamente não é apenas uma fatalidade, uma falha interna ao momento histórico, mas transparece como sendo da própria natureza de uma sociedade totalitária. Tal como há muito já nos anunciava Herbert Marcuse, “as tendências totalitárias da sociedade unidimensional tornam ineficaz o processo tradicional do protesto – torna-o talvez até perigoso porque preservam a ilusão da soberania popular” (Marcuse, 1982, p. 234).

O caráter regressivo do movimento aparentemente subversivo pode ser compreendido em sua própria raiz dissociada de uma profundidade estrutural. O rompante de um profundo resignar das massas silenciosas que poderia ser resumida num concerto que vai da atonalidade à cacofonia sem nenhuma mediação temporal, expressa a própria falta de substância do aparente despertar. O silenciamento que era ainda há pouco estampado com orgulho pelo cidadão médio que ostentava seu prazer em “não se envolver com política”, transformava-se como que por mágica em uma consciência patriótica e no dever de “defender a nação das investidas corruptas¹⁰”. O desafinar desse concerto de improvisos carece ser deslindado.

Os dez primeiros anos do governo PT (2003-2013, período corresponde aos dois mandatos de Lula e a primeira metade do primeiro mandato de Dilma) foram marcados

¹⁰ Como se todas as questões da formação social brasileira se resumissem a apenas esse quesito. A ilusão de que o combate à corrupção resolveria questões prementes e estruturais resultou em um retrocesso político de décadas e o futuro, embora se apresente bastante incerto, não se afigura promissor para os trabalhadores e os movimentos sociais. Muito antes pelo contrário, parecemos estar instituindo uma sociedade onde o “salve-se quem puder”, “você sabe com quem está falando?”, e “leve vantagem você também” se afirmam como pressupostos centrais das novas sociabilidades – ou da falta delas. Não apenas, portanto, um retrocesso político no sentido estrito, mas retrocesso social no sentido do coletivo, da alteridade e da solidariedade.

senão pelo silenciamento, ao menos pela atonalidade de grande parte dos movimentos sociais, muitos deles cooptados pelo próprio Estado. Como nos aponta Paulo Marques (2013, p. 56) “um curto surto de crescimento econômico no Brasil preencheu os poros de tempo social livre dos indivíduos com mais trabalho e tempos gastos com estudo e qualificação, gerando uma imensa fragmentação social dos coletivos e refluxos nas lutas sociais.” Algo que nos remete – guardadas as devidas proporções – ao que comentara Hobsbawm (1979) sobre o governo de Luís de Bonaparte na França do século XIX. O populismo bonapartista, travestido de um discurso socialista e maquiado por constantes transformações nas cidades (engendradas pelo Barão de Haussmann), foi acompanhado por uma rápida retomada do crescimento econômico a escala europeia. Contexto em que com “a alta taxa de emprego e a presteza em conceder aumentos salariais onde fosse necessário apagaram o descontentamento popular. (...) A política estava em um estado de hibernação.” (Hobsbawm, 1979, p. 51). Seja no caso francês daquele momento, seja no caso brasileiro aqui analisado, a aparente estabilidade econômica e um relativo quadro de bem estar social propiciou certo consenso, ou, ao menos, tendeu a ocultar os dissensos. E como bem aponta Rancière (1996), o que o consenso representa, em última instância, é a interdição da política, e a instauração da polícia. Pois se é o dissenso, o diverso, a própria realização da política tendo por efeito “interromper uma lógica da dominação suposta natural, vivida como natural” (Rancière, 1996, p. 372), o consenso pressupõe o uníssono, a não contestação; estado de coisas onde qualquer insurgência passa ser tratada como caso de polícia.

Do mesmo modo, guardadas as devidas proporções espaço-temporais, a destruição criativa do espaço foi marcante seja no caso francês, seja no caso brasileiro. Se Paris era dilacerada pela política de Haussmann a fim tornar-se a capital da modernidade¹¹, aqui sob a pressão posta pela realização de eventos como as Copas das Confederações (2013) e do Mundo (2014), além das Olimpíadas (2016), muitas das grandes cidades brasileiras sofreram brutais intervenções urbanas. Essas tiveram por efeito

¹¹ Cf. Harvey (2015).

desapropriações, violência policial, a instauração de um caos urbano acompanhado de um estado de exceção permanente que lhe dava garantia. Em um primeiro momento, o monstruoso volume de obras banhadas a capital fictício aparentou aquecer ainda mais a economia brasileira, e sob o discurso do progresso, imagem de eficiência de serviços e infraestrutura, além do espetáculo dos megaeventos, a insatisfação passava alhures às classes médias, e permanecia silenciada quando presente nas vítimas mais imediatas da barbárie do progresso (comunidades desalojadas, trabalhadores precarizados, etc.).

Contudo, o crescimento ilusório determinado, em última instância, por “dinheiro sem valor”, e pela migração de capitais internacionais para a periferia emergente onde pudessem acionar “o mecanismo auxiliar de mais-valia absoluta como válvula de escape sistêmica” (Marques, 2013, p. 56) não tardou a começar ruir, desvelando os limites do crescimento econômico brasileiro. O PIB brasileiro que crescia na casa dos 5% ao ano na primeira década do século começava a decrescer vertiginosamente; a Bolsa de Valores de São Paulo no primeiro semestre de 2013 teve perdas que superaram os 20% (Marques, 2013). Notadamente, o frear do crescimento econômico longe esteve de afetar apenas os grandes investidores e a macroeconomia, mas foi diluído na forma de uma coadministração da detração real do valor produzido. Como comenta Kurz sobre a crise global de produção de valor,

A fuga para a coadministração da crise só pode conduzir à cumplicidade com o sacrifício humano reificado e, por fim, com a sua execução consciente – já não como sacrifício da energia de trabalho abstratificada até que o material humano, chupado até ao tutano, caia morto, mas, depois de este constrangimento se tornar objetivamente obsoleto, apenas sob a forma de uma “eutanásia” burocrática, para as massas dos já não utilizáveis em termos capitalistas, que tem de assumir traços anômicos (Kurz, 2014, p. 373).

Em outros termos, “o valor da força de trabalho começou a ser atacado e devorado por uma inflação geral” (Marques, 2013, p. 58), o que resulta que, após uma rápida

elevação do poder de consumo das classes média e baixa, essa possibilidade de consumo foi sendo aos poucos subsumida, pois era preciso reestabelecer a produção de mais-valor a níveis aceitáveis para a própria reprodução ampliada do capital. A exploração de mais-valia em termos absolutos já não era mais suficiente para manter os capitais internacionais em território brasileiro. Assim, o Banco Central aumenta a taxa de juros tornando mais caro o crédito – o que reduz brutalmente o valor real dos salários, uma vez que grande parte da população estava com seus rendimentos comprometidos devido aos financiamentos. Além disso, a inflação cresceu acima do esperado, ao mesmo tempo em que a violência do Estado se assevera na busca por manter a ordem em meio ao caos. Numa análise perspicaz, Perry Anderson (2016, p. 3) aponta que

Acima de tudo, com a chegada do ‘crédito consignado’ – os empréstimos bancários com juros altos deduzidos diretamente dos salários – o consumo privado cresceu sem amarras e às custas dos gastos com serviços públicos, cujas melhorias teriam sido uma forma mais cara de estimular a economia. A compra de eletrônicos, bens de consumo e veículos foram estimuladas (a compra de automóveis recebeu incentivos fiscais), enquanto o suprimento de água, pavimentação, ônibus eficientes, saneamento básico aceitável, escolas decentes e hospitais públicos foram negligenciados. Os bens coletivos não tinham prioridade nem ideológica e nem prática. Logo, junto com a tão necessária melhoria nas condições de vida doméstica, o consumismo em sua forma mais deteriorada se espalhou nas camadas populares através de uma hierarquia social em que a classe média se deslumbrava, ainda que por padrões internacionais, com revistas e shopping centers.

Esse conjunto desfavorável de fatores desmascarou o ilusório espetáculo do crescimento e fez com que em curto período de tempo, passássemos da atonalidade à cacofonia, do silêncio ensurdecido aos gritos que mal podiam se distinguir do próprio silêncio.

As classes médias que há muito demonstravam descontentamento com o aumento do poder de consumo das classes baixas, representando uma perda relativa de privilégios, fez vir à tona em definitivo seu espírito reacionário quando seus próprios salários começaram ser achatados pela inflação e pelo encarecimento do crédito.

A respeito da participação política da chamada classe média – e do assim denominado “novo proletariado”¹² –, nos protestos de julho de 2013, é interessante observar na análise de Singer (2015, p. 7),

A significativa participação que o novo proletariado parece ter tido nos protestos de junho de 2013, embora fossem manifestações predominantemente de classe média. A presença do novo proletariado nas demonstrações confirma a hipótese de que politização tende a acompanhar a ascensão social. No entanto, é um erro imaginar, e a ambiguidade dos protestos o mostraram, que tal politização se dará necessariamente à esquerda. Na realidade, o novo proletariado tanto pode caminhar para a esquerda, posição mais próxima de seus interesses objetivos, quanto para a direita, que oferece uma perspectiva de mercado para os setores que vem subindo.

Além disso, de acordo com ele, há que se considerar que, possivelmente –, nesse contexto de melhoria geral das condições econômicas de variados segmentos da formação social brasileira –, surgiu uma nova classe média e que, para tal camada, “os apelos do centro e da direita fazem mais sentido do que os da esquerda, embora não se possa descartar que parte dela se incline para valores progressistas, como, aliás, ocorre no seio da própria classe média tradicional” (Singer, 2015, p. 8).

¹² De acordo com Singer (2015, p. 7), “não era uma nova classe média que surgia, mas sim um novo proletariado (...), que viria migrando do subproletariado, por exemplo, para a carteira assinada, o que lhe daria uma “cidadania trabalhista” que o proletariado propriamente dito tem desde os anos 1940. Um dos aspectos que desejo ressaltar é que apesar da referida migração ter se confirmado, o subproletariado continua a ser uma realidade importante no país.”

No bojo do retrocesso, a maneira adotada pelos governos do PT para lidar com os primeiros germes da crise – corroborando seu avanço – persistiram quando ela eclodiu. E novamente nos faz lembrar o *modus operandi* bonapartista na França dos XIX. Marx, com sua ironia característica, nos aponta que

A burguesia Francesa, que se rebelava contra o domínio do proletariado trabalhador elevou ao poder o lumpemproletariado, com o chefe da Sociedade 10 de Dezembro. A burguesia mantinha a França sob o medo sufocante dos futuros terrores da anarquia vermelha (...) impôs o estado de sítio que [com Bonaparte] foi-lhe imposto (Marx, 2015, p. 321).

O Partido dos Trabalhadores, que apenas discursivamente se mantinha à esquerda política, revela com toda vivacidade os rumos neoliberais adotados por sua política. Rumos estes já assinalados ainda de maneira tímida e embrionária desde a década de 1990¹³. Após a perda das eleições de 1989 o PT iniciou um lento processo de abertura que levaria às políticas neoliberais adotadas quando finalmente chegou ao Planalto. Fortalecido após o *impeachment* de Fernando Collor, o PT chegava às eleições de 1994 com reais chances de vitória, mas já tinha em vista que sem um apoio massivo de outros partidos em uma coligação sólida, essas chances poderiam não se concretizar. No período pré-campanha eleitoral pela primeira vez torna-se nítida a abertura do partido a tendências situadas à direita. No IX Encontro Nacional do PT realizado em Brasília entre os dias 29 de abril e 1º de maio daquele ano, o documento oficial publicado pelo partido sobre a conjuntura política do país após o *impeachment* de Collor ainda parece preservar o estatuto do partido e sua ideologia claramente fundamentada na luta de classes¹⁴. Expressa a cúpula do partido,

¹³ A tese de Cyro Garcia (2008) explicita bem as transformações internas ao Partido dos Trabalhadores que lentamente foi sucumbindo à lógica das campanhas eleitorais banhadas pelo financiamento privado até chegar ao poder onde, de fato, adotaria uma cartilha neoliberal – ainda que tendo em vista uma redução considerável das desigualdades.

¹⁴ Como bem pontua Garcia (2008, p. 65): “o PT nunca se reivindicou como um partido marxista, porém é inegável que seus documentos fundacionais, suas resoluções e sua *práxis* ao longo da década de 80 se alicerçam, em grande medida, naquele instrumental teórico”.

O cinismo da classe dominante atinge seu limite quando, praticamente, todos os meios de comunicação e massa se unem nessa farsa de considerar moderno o arrocho salarial como medida de ajuste monetário, a privatização de estatais a preços vis, a abertura sem critérios das importações, que traz desemprego fechamento de indústrias, a liberdade dos cartéis ditarem os preços e o próprio ritmo de inflação, e tudo mais que seguir o receituário míope do neoliberalismo, que já declina nos países ricos. Para as elites brasileiras, qualquer proposta de defesa da soberania nacional, da presença do Estado como regulador e indutor do desenvolvimento econômico, do direito de as categorias profissionais defenderem seus salários e empregos, do patrimônio público representado pelas estatais, tudo isso é abandonado como velho, ou até jurássico. Ora, aqui não haverá meio termo. Eles ganharão o debate na FIESP, na FEBRABAN e em certos ambientes da imprensa. Nós ganharemos junto ao povo (PT, 1998, p. 597).

No que concerne à política de alianças, de acordo com Garcia (2008), o PT se alinhava a partidos a esquerda política dentre os quais PC do B, PSTU, PV, além dos hoje cada vez mais alinhados à direita, PPS e PSB. Entretanto, sinalizava no mesmo documento publicado a partir do Encontro em Brasília, a aproximação com partidos destacadamente alinhados à direita e ao neoliberalismo.

Temos condições, em muitos estados, de ampliar pragmaticamente tal leque, incorporando à Frente setores do PSDB, PDT e PMDB descontentes com as alianças formadas pelas cúpulas de seus partidos, ou os que acompanharão a dinâmica de crescimento da candidatura Lula, respeitando sempre os critérios éticos e políticos, que vedam alianças com os conservadores, com os exploradores e corruptos. (PT, 1998, p. 632).

Malgrado à flexibilização a que se submeteu, o PT ainda amargaria mais duas derrotas na corrida presidencial, em 1994 e 1998, ambas para Fernando Henrique Cardoso do PSDB. As sucessivas derrocadas nas eleições presidenciais fizeram com que o partido mudasse em definitivo sua estratégia de campanha, mesmo encabeçando uma coligação sólida a vitória dificilmente viria sem um vigoroso financiamento de campanha. Se nas três eleições anteriores a campanha de Lula apresentava um

financiamento modesto em relação aos principais adversários, a partir de 2002 o partido cede em definitivo ao financiamento privado de campanha, deflagrando seu compromisso com o capital privado e com a cartilha neoliberal, como a tabela a seguir demonstra.

Tabela 1

Financiamento de campanha nas eleições presidenciais de 2002 e 2006

2002	Lula		Serra	
Setor Financiador	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)
Financeiro	6.080	10,9	12.750	22,9
Construção e imobiliário	2.490	4,5	750	1,3
Primário-exportador	1.610	2,9	4.440	8,0
Subtotal	10.180	18,3	17.940	32,2
Valor total	55.808	100,0	55.711	100,0

	Lula		Alckmin	
Setor Financiador	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)
Financeiro	12.705	10,5	13.461	11,1
Construção e imobiliário	18.028	14,9	5.051	4,2
Primário-exportador	12.511	10,4	9.666	8,0
Subtotal	43.244	35,8	28.178	23,3
Valor total	120.812	100,0	120.797	100,0

Fonte: Almeida (2007) *apud* Garcia (2008, p. 80).

O que, aliás, desmistifica a ideia corrente de que os grandes capitais sempre estiveram em posição contrária à eleição de Lula. O aporte de capital à campanha de 2006, como se observa, foi ainda mais massivo que em 2002, sendo maior inclusive do que o declarado por Geraldo Alckmin do PSDB. O legado do primeiro mandato de Lula parecia bem assimilado pelos setores privados, pois haveria sim algum nível de distribuição de renda, mas às custas de uma política desenvolvimentista e neoliberal e beneficiando os mesmos setores pagadores da campanha.

O comprometimento da política petista com a cartilha neoliberal fez se asseverar no segundo mandato de Lula (01/01/2007 a 01/01/2011) e no primeiro mandato de Dilma Rousseff (01/01/2011 a 01/01/2015). A iminência dos grandes eventos esportivos no país fez com que esse receituário neoliberal se tornasse ainda mais premente. O PT

chegava às jornadas de junho totalmente distanciado da ideologia que fundara o partido e extremamente comprometido com os grandes capitais. Nos dizeres de Perry Anderson,

No último ano do governo Lula, quando a economia global estava ainda se recuperando da primeira onda do crash financeiro de 2008, a economia brasileira cresceu 7,5%. Ao assumir o governo, Dilma instituiu uma política de controle contra o superaquecimento da economia, o que deixou satisfeita a imprensa financista, naquilo que parecia ser uma política semelhante a que Lula teve durante o início de seu primeiro mandato. Mas tão logo o crescimento experimentou uma queda vertiginosa e as finanças globais pareceram sombrias novamente, o governo mudou seu prumo, criando um pacote de medidas que visavam priorizar os investimentos em desenvolvimentos subsidiados. As taxas de juros foram reduzidas, as dívidas trabalhistas foram abatidas, os custos da energia elétrica foram reduzidos, a moeda se desvalorizou e foi imposto um limitado controle sobre o movimento do capital. No embalo de todo esse estímulo, durante a primeira metade de sua presidência, Dilma desfrutou de um índice de aprovação de 75%. Mas, ao invés de decolar, a economia desacelerou de um crescimento medíocre de 2,72% em 2011 para mero 1% em 2012. Além disso, com uma inflação que já ultrapassava os 6%, em abril de 2013 o Banco Central aumentou os juros de forma abrupta, minando assim a base da “nova matriz econômica” de Guido Mantega, o ministro da Fazenda. (...) Rapidamente a aprovação do governo caiu para a metade. Em resposta, ele bateu em retirada, dando início a reduções caucionárias nos gastos públicos e permitindo que os juros aumentassem novamente. O crescimento caiu ainda mais – ele seria praticamente zero em 2014 – mas o desemprego e os salários permaneceram estáveis (Anderson, 2016, p. 1-2).

Desse modo, o que se viu em 2013 foi, *grosso modo*, apenas o eclodir das contradições e incongruências que há muito se acentuavam na política petista. Como resultado imediato o governo petista sofre uma sucessiva perda de apoios. Se há tempos as classes médias não faziam questão de esconder sua antipatia para com os governos do

PT - embora essa insatisfação, com raras exceções, se manifestasse apenas em conversas privadas e em *posts* no facebook – agora as classes mais baixas, que viam seu recente aumento no poder de consumo ser anulado pela inflação, também começavam a pôr em questão a positividade do governo petista. Ainda de acordo com Anderson (2016, p. 2),

No final do primeiro mandato de Dilma, as matérias-primas eram responsáveis por mais da metade do valor das exportações. Mas de 2011 em diante, os preços das principais mercadorias comercializadas pelo país entraram em colapso: o minério de ferro caiu de 180 dólares para 55 dólares a tonelada, a soja caiu de aproximadamente 40 dólares a saca para 18 dólares, o petróleo cru despencou de 140 dólares para 50 dólares o barril. E reagindo ao fim da bonança do comércio exterior, o consumo doméstico também entrou em declínio. Durante seu governo, a principal estratégia do PT foi expandir a demanda interna ao aumentar o poder de compra das classes populares. E isso foi possível não apenas com o aumento do salário mínimo e com transferências de renda para os pobres – o ‘Bolsa Família’ – mas também por uma massiva injeção de crédito aos consumidores. Durante a década de 2005 a 2015, o total de débitos controlados pelo setor privado aumentou de 43% para 93% do PIB, com empréstimos aos consumidores atingindo o dobro do nível dos países vizinhos. Quando Dilma foi reeleita, em 2014, os pagamentos de juros no crédito mobiliário estavam absorvendo mais de 1/5 da renda média disponível dos brasileiros. Junto com a exaustão do boom das commodities, a época de ganância também não era mais viável. Os dois principais motores do crescimento tinham estagnado.

Ademais, as investidas contra terras indígenas em obras que dilaceravam territórios tradicionais também desvelavam que quaisquer movimentos sociais que não tivessem sido cooptados pelo governo dificilmente poderiam persistir a apoiá-lo.

Neste turbilhão, partidos à esquerda com menor expressão política, sobretudo PSOL e PSTU asseveraram suas críticas ao falso esquerdismo do PT. A classe alta –

representada por empresários, empreiteiros, banqueiros, e mesmo artistas da indústria cultural – também se apropriavam do contexto para disseminar opiniões contrárias ao governo, pondo em movimento o que há muito já estava à espreita: a possibilidade de uma tomada de poder à direita.

As lideranças da suposta esquerda petista, no entanto, permaneciam inábeis e estáticas ante o momento crítico. Pareciam não compreender a possibilidade de o povo se voltar contra “o governo do povo”. Nesse entendimento quase caricatural, “um povo que se volta contra o governo do povo não pode ser um povo. Para eles, até hoje, 2013 não foi uma revolta popular, mas o início do fascismo brasileiro” (Safatle, 2016, p. 21). Falta notar que se, de fato, o levante de 2013 teve a potência de desatar do silêncio aparente o conservadorismo e o fascismo no Brasil, isso se deve, em grande medida, à própria posição estática assumida pelas esquerdas ante ao momento crítico, cedendo espaço para que o movimento paulatinamente se revelasse regressivo.

Frente à paralisia completa do governo diante das revoltas, e da impossibilidade de todo o setor da esquerda constituir como intérprete qualificado das demandas, a direita soube captar o momento absorvendo de vez um discurso anti-institucional. Pela primeira vez, desde 1984, ela voltava às ruas procurando mobilizar a força anti-institucional da política. E assim ela foi à eleição de 2014, disposta a não aceitar mais derrotas (Safatle, 2016, p. 21).

Mais ponto menos vírgula, o fato é que pelas mais variadas razões e mais diversas formas o estado de exceção encetado às vésperas dos megaeventos que se aproximavam fez com que, naquele momento, fosse praticamente impossível uma defesa do governo federal, que passou a ser o alvo central das críticas (ver figura 8).



Figura 8: Manifestação contra o governo em 2013

Fonte: http://www.cidadenova.org.br/media/filter/mediateca_6-SQR/img/538dba480bc9a2.90910772.jpg. Acesso 3 abril, 2016.

PRÁXIS E POIÉSIS: ENTRE REGRESSÃO E EMANCIPAÇÃO

Além da própria complexidade do sistema político brasileiro que oculta ao *sensu comum* a influência dos poderes municipais e estaduais, bem como do legislativo e do judiciário no estado de exceção posto às claras, várias outras dimensões persistiam ocultas. A principal delas, talvez seja o sentido do próprio levante. O caráter regressivo dos protestos na sociedade contemporânea, como nos denunciam Hakim Bey (2011) e Marcuse (1982), tem a ver com a falta de clareza do próprio movimento, o que engendra contradições indissolúveis que só podem resultar no desmoronar do caráter subversivo e em um retorno atroz à ordem, agora apropriada justamente por aqueles contra os quais a crítica deveria ser mais contundente.

Na resistência ao estado de exceção, a crítica a *certa* política se fazia por pedidos de mais Estado, não sendo notado em nenhum momento, que a determinação fundamental do que se apresenta como crise é a própria figura do Estado em sua

inextricável vinculação ao sistema econômico. O que nos faz conceber, desde já, que se de fato houvesse alguma pretensão revolucionária, o objeto da crítica deveria ser o próprio Estado e não os distintos governos que dele se apropriam.

No entanto, é sempre mais fácil “sair à rua para protestar contra a Organização Mundial do Comércio ou contra o desemprego do que fazê-lo para contestar o trabalho abstrato” (Jappe, 2006, p. 19). A crítica fundamental é sempre obnubilada pelo fenomênico, e a crítica do valor regride a um pedido pela redução das desigualdades; a crítica à abstração trabalho é tomada pelo avesso em pedidos de mais trabalho; a crítica do Estado regride a pedidos por mais Estado, etc. No entanto, as críticas que não atingem o estatuto fundamental do social tornam-se inúteis, pois, ao fim e ao cabo, “é inútil exigir mais democracia: a democracia, entendida como igualdade e liberdade formais, já se realizou e coincide com a sociedade dos homens sem qualidades.” (Jappa, 1997, p. 10).

Trata-se, a nosso ver, daquilo que Paulo Arantes, em seu diálogo com Koselleck, chamou de rebaixamento das expectativas.

no rumo da identificação do que poderia ainda ser a política da experiência da história numa era de expectativas rebaixadas – à procura do advento do não-experimentável como limiar cuja ultrapassagem definiria o tempo histórico específico de uma economia-mundo capitalista em expansão. Em suma, queremos saber quando e como nos instalamos historicamente num horizonte de expectativa divorciado do espaço prévio de experiência. Portanto, quando o Progresso – bem como a Felicidade, segundo Saint-Just – se tornou de fato uma ideia nova na Europa e sua periferia no Novo Mundo (Arantes, 2014, p. 45).

Pois, de acordo com Arantes, se em todos os momentos da história pretérita, o horizonte de realização de cada momento de tensão ancorava-se em experiências do passado, na ideia de que é preciso conhecer o próprio passado para fundar em bases

sólidas o presente, no *novo tempo do mundo*, essa percepção é posta às avessas. O tempo futuro se torna preponderante. A superação do presente se torna uma emergência e a supressão da experiência uma determinação. Engendrando, assim,

uma drástica inversão entre o horizonte de expectativas e o campo de experiência. Atribui [-se] a todas as épocas passadas um horizonte de expectativas insatisfeitas, e ao presente orientado para o futuro designa a tarefa de reviver na reminiscência um passado que cada vez lhe seja correspondente, de tal modo que possamos satisfazer suas expectativas com nossa débil força messiânica (Habermas *apud* Arantes, 2014, p. 60).

Corre-se o risco de recair na armadilha dos sóis crucificados parisienses da década de 1960. Uma intervenção artística que almejava denunciar o distanciamento do homem de sua própria essência – sua alienação fundamental, o cerceamento de sua própria luz – que se multiplicou por toda a parte. Mas na medida em que se disseminava enquanto imagem, enquanto mera representação generalizada e de essência desconhecida tornou-se, regressivamente, mais daquilo que contestava. Tornou-se produto. A crítica tornou-se mercadoria, imagem de crítica: “Assim o símbolo da alienação torna-se símbolo da vida. Isto significa que sua alienação torna-se sua vida.” (Lefebvre, 1969, p. 115).

Sem compreender os fundamentos dessa regressão talvez nos condenemos a persistir pedindo por mais democracia e a ter como resposta, golpes constitucionais, denunciando a alienação da vida e vendo a própria crítica alienar-se de seu objeto, etc. A chave que abre as portas deste entendimento está, a nosso ver, na contradição sempre não resolvida entre teoria e *práxis*. Pois se por um lado, a teoria que encerra em si mesma sua realização só pode enclausurar-se em um idealismo e na acusação reacionária de que o mundo distorceu a teoria perfeita, por outro, a prática dessubstancializada – como se vê nos grandes movimentos estudantis e operários – só pode conduzir a uma ação que repõe a dominação quando intenta o oposto. Por isso

em um programa verdadeiramente emancipatório “dever-se-ia formar uma consciência de teoria e práxis que não separasse ambas de modo que a teoria fosse impotente e a prática arbitrária, nem destruísse a teoria mediante o primado da razão prática.” (Adorno, 1995, p. 204). Essa consciência, no entanto, não poderia ser ela mesma abstrata de modo a correr o risco de não passar de palavras de afirmação de que a teoria, enquanto teoria, é um momento imprescindível precisamente em relação a uma transformação histórica prática, que realmente toque as bases da ordem dominante e não reduza a ‘ruptura ontológica’ a uma mera frase (Kurz, 2007, s/p).

Em tempos em que mesmo um teórico definitivamente comprometido com a *práxis* como Slavoj Žižek se vê impelido a admitir que “hoje, a ameaça não é a passividade, mas a pseudoatividade, a ânsia de ‘ser ativo’, de participar, de mascarar a Nulidade do que acontece” (Žižek, 2008, p. 437), torna-se notório o caráter regressivo da necessidade contingente de “mudar o mundo”. No entanto, a expectativa angustiada de que nada acontecerá, de que o capitalismo continuará indefinidamente, a exigência desesperada de fazer alguma coisa, de revolucionar o capitalismo é falsa. A vontade de mudança revolucionária surge como uma ânsia, como um “‘não posso agir de outro modo’, ou não tem valor” (Žižek, 2008, p. 437).

Esse mal-estar que nos envolve sobrevém do vazio sentido de não pertencermos a lugar algum. A vida que se coloca adiante aparenta estar coberta sob uma espécie de nevoeiro cinza cuja densidade empalidece nossa força de vontade e motivação em direção as coisas. A experiência e a existência ganham um teor abstrato, na sensação de se ter feito muito pouco em muitos anos passados. Nessa repressão da espontaneidade o cinza objetivo predomina. Seu reflexo no sujeito é a angústia mesma de uma resignação proveniente de condições histórico-sociais e político-econômicas que nos forcem à apatia e ao marasmo (Dias, 2014, p. 6).

O mal-estar expresso em um tédio generalizado na forma de um cansaço civilizacional latente imputa a ação imediata. O sentimento denso do aprisionamento, da contínua e

perene falta de liberdade fornece o impulso à ação irrefletida. A emoção do ato suplanta sua significação. O objetivo se desvanece ante à *necessidade* de agir. O aprisionamento do cotidiano determina seu próprio explodir.

O tédio existe em função da vida sob a coação do trabalho e sob a rigorosa divisão do trabalho. Não teria que existir. Sempre que a conduta no tempo livre é verdadeiramente autônoma, determinada pelas próprias pessoas enquanto seres livres, é difícil que se instale o tédio; tampouco ali onde elas perseguem seu anseio de felicidade, ou onde sua atividade no tempo livre é racional em si mesma, como algo em si pleno de sentido. O próprio bobear [Blikleln] não precisa ser obtuso, podendo ser beatificamente desfrutado como dispensa dos autocontroles. Se as pessoas pudessem decidir sobre si mesmas e sobre suas vidas, se não estivessem encerradas no sempre-igual, então não se entediariam. Tédio é o reflexo do cinza objetivo. Ocorre com ele algo semelhante ao que se dá com a apatia política. A razão mais importante para esta última é o sentimento, de nenhum modo injustificado das massas, de que, com a margem de participação na política que lhes é reservada pela sociedade, pouco podem mudar em sua existência, bem como, talvez, em todos os sistemas da terra atualmente. O nexos entre a política e os seus próprios interesses lhes é opaco, por isso recuam diante da atividade política. Em íntima relação com o tédio está o sentimento, justificado ou neurótico, de impotência: tédio é o desespero objetivo (Adorno, 2002, p. 110).

A permanência do tédio demanda sua superação – ainda que cindida no tempo e no espaço. Se a transformação transparece como impossível, a forma de sua reivindicação suborna o ego na forma do prazer do ato, outrora recalcado, de ser verdadeiramente livre.

Essa ânsia de se defrontar com o ente fenomênico da dominação sem jamais ter em vista o momento fundamental da crítica, se liga – conscientemente ou não – ao enrijecimento e a simplificação do primado da crítica marxiana, donde se encontra que “os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; porém, o que

importa é *transformá-lo*" (Marx, 2007, p. 539). Ficamos aqui, no entanto, com a proposição de Robert Kurz (2007, s. p.), de que

é precisamente através da práxis que o mundo é simplesmente interpretado de outra maneira em sua constituição dominante, e é exatamente por isso que se repete na reflexão dos filósofos (teóricos), enquanto não se romper a identidade negativa entre a forma do pensamento e a forma da ação.

É preciso aqui ter em vista a negatividade imanente à *práxis*. Ao contrário do que comumente se concebe ela não é, de modo algum, a forma da transformação, mas precisamente a forma da reposição.. Nos termos de Karel Kosik (1976, p. 159), "a *práxis*, que na filosofia de Marx tornava possível tanto a objetivação e o conhecimento objetivo, quanto a abertura do homem para o ser, converte-se em subjetividade social em clausura: o homem é prisioneiro da socialidade." É, no entanto, na filosofia adorniana que encontramos o nó górdio do princípio negativo da *práxis*. Para este, ela vincula-se inextricavelmente com a forma negativa do trabalho, e assim o sendo, há um preço alto a se pagar pela ação. "A *práxis* nasceu do trabalho [...] o fato de se originar do trabalho pesa muito sobre toda *práxis*. Até hoje acompanha-a o movimento de não-liberdade que arrastou consigo: que um dia foi preciso agir contra o princípio do prazer a fim de conservar a própria existência" (Adorno, 1995a, p. 206). Embora Adorno não rompa de todo com a ontologia do trabalho, percebe neste uma abstração fundamental¹⁵. O homem se abstrai da identificação real com o mundo para se erguer contra ele na forma de dominação. A pulsão do gozo, peremptoriamente recalcada, faz com que o ente mova-se sempre em direção à própria natureza negada,

¹⁵ A afirmação de que Adorno preserve em seu pensamento resíduos de uma ontologia do trabalho certamente não passa sem estranheza, haja vista as ferrenhas críticas estabelecidas por Adorno às ontologias ao longo de toda sua obra. Não se trata aqui, contudo de colocar seu pensamento ao lado do de Lukács, por exemplo, onde há claramente uma afirmação do trabalho como ontológico à constituição do ser social. Todavia, como o próprio Adorno (1932) admite, "a questão para a ontologia, tal como se coloca hoje, não é outra senão aquilo que eu tenho entendido por natureza". Portanto, se por um lado a constituição social que conhecemos e todas as formas de dominação que esta impõe sobre si mesma não deve tributo a nenhuma substância ontológica, por outro apenas na abstração [do latim *Abstrahere*, que significa destacar, afastar, ou mais radicalmente, desmamar] do homem para com o mundo e no descolamento subsequente entre signo e imagem – o que advem da *práxis* – o homem se põe de pé enquanto tal e pode estabelecer uma dialética da alteridade com o mundo tomado como *o outro*, o estranho, o alhures.

assemelhando-se a essa apenas em uma falsa identificação. Por isso a *práxis* é sempre vinculada a mimesis e não a *poiésis*, é sempre regressiva e não transformadora.

Lefebvre (1967) notou bem a distinção entre a *práxis* mimética, repetitiva e que tende a repor o mundo enquanto tal, pois a ele busca se assemelhar, e a atividade poiética - o momento da criação, momento este que não se vincula a um retorno a um passado imemorial e positivo, mas à superação das condições do presente, a um devir¹⁶. O que se interpõe como grande questão a todos os movimentos que ensejem a revolução e não a reforma e a regressão, é o que tornaria possível a criação em detrimento da identificação.

Talvez fosse aqui o caso de se pensar na produção de ritmos¹⁷. O ritmo da criação distingue-se fundamentalmente do ritmo da identificação. O declínio da arte tem a ver com essa premência do imediato. Se tivermos por vezes a impressão de que as músicas, os filmes e/ou as pinturas se assemelham cada vez mais entre si, não surgindo – exceto em raras exceções – nada que seja realmente novo, isso se vincula de forma decisiva à assim chamada ditadura do tempo abstrato. O tempo para a composição de uma sinfonia verdadeiramente única distende-se do tempo para a composição de uma música vendável na indústria de massa. Não se trata, no entanto, da defesa da alta cultura, da elitização da arte, mas de notar que esta se diferencia fundamentalmente daquela em seus ritmos, bem como na sua capacidade de dissidência (Bonifácio, 2017, s.p).

Assim,

Não é acessibilidade para todos que é o objeto da crítica, mas sim que a indústria cultural, [...], “representa o mais sensível instrumento de controle

¹⁶ “A mimesis aparece aqui com precisão cada vez maior em sua função essencial e limitada: laço e mediação entre *práxis* e *poiésis*, entre a repetição e a criação, entre a identidade abstrata e as diferenças concretas, entre o discurso e a palavra.” (Lefebvre, 1967, p. 365).

¹⁷ Cf. Lefebvre (2004).

social". Trata-se, portanto do conteúdo estruturalmente alienado e objetivamente autoritário da cultura de massas capitalista e não do seu alcance para lá das elites. Este conteúdo segundo Adorno & Horkheimer é "barbárie estética" porque processa a "moral degradada dos livros infantis de ontem" a fim de disponibilizar para os desaforos sociais os indivíduos cada vez mais infantilizados (Kurz, 2010b, s.p).

Do mesmo modo, a *práxis*, enquanto exigência contingencial no ritmo da abstração mercantil, tende a recair na barbárie¹⁸, uma vez que o tempo da contemplação, aquele que garante à ação seu caráter reflexivo, e não meramente imputado por uma culpa judaico-cristã da passividade, é suprimido pelos imperativos da sociabilidade. A transformação requer, antes do mais, a quebra do ritmo. Não se pode mudar a realidade se identificando ao ritmo que ela mesma impõe. A ação já é, aí mesma, regressiva.

Essa quebra de ritmo é, por assim dizer o fundamento da *theoria* tal como concebe Hannah Arendt (2000, p. 291). Para a autora, *theoria* nada mais é que "a contemplação do observador que se preocupa com a realidade aberta diante de si e a recebe." No entanto, a própria pressa do agir imposta pelo ritmo da abstração trabalho põe às avessas essa possibilidade – a festa torna-se ato, quando deveria ser seu pressuposto. Ineficaz como ato e desperdiçada enquanto produção de ritmo, a festa não apenas se torna inútil, como recria em si mesma o ritmo do trabalho, do consumo, etc. O momento fundamental do contemplar, tal como nos aponta Arendt no acontecer da epopeia de dominação do homem sobre si mesmo, foi sendo escamoteado até perder aparentemente qualquer sentido. Tornou-se negatividade da ação e não seu pressuposto fundamental. Pois que o enredamento universal engendrado pela inversão entre meios e fins tinha a ver antes de tudo com "a atividade do pensar que, daí por diante, passou a ser serva da ação" (Arendt, 2000, p. 305).

¹⁸ Barbárie que se enuncia e anuncia em todos os quadrantes do planeta.

A *práxis* suplanta, assim, a contemplação e coloca esta última no limbo da improdutividade e, portanto da desrazão. Erige sobre o mundo a figura abstrata do sujeito, o que deve agir sobre o mundo, pois o seu mundo está por ser criado, uma vez que corpo e existência não mais coincidem¹⁹. O que esse movimento incorpora e engendra de maneira decisiva é uma inversão, pois a contemplação – em sociedades como a Grécia Antiga, por exemplo – aparecia como pressuposto à ação, e não como sua negação, isso uma vez que a pressa por existir não era a determinante objetiva da ação. No que concerne à produção de ritmos como criação do novo, a *theoria* é ela mesma *poiésis*. Não recriando a história, mas, quiçá, demonstrando sua irracionalidade, sua destruição. Não repousando sobre os destroços, mas, aí sim, agindo no sentido de uma superação.

No entanto, internamente à cisão entre *práxis* e teoria, a própria teoria enquanto tal se desvanece, perde seu momento, sua realização. Agarra-se a categorias de mundos que “já eram”, e, inversamente à possibilidade real da revolução, busca encontrar a transformação na poesia do passado sem, no entanto, elaborar a memória e as experiências desse mesmo passado, e não do futuro. Nos termos de Herbert Marcuse (1982, p. 16),

Na falta de veículos de transformação social, a crítica é, assim, levada a recuar para um alto nível de abstração. Não há campo algum no qual teoria e prática, pensamento e ação se harmonizem. [...] O vácuo esvazia a própria teoria, porque as categorias da teoria social críticas foram criadas durante o período

¹⁹ “Pois, se é pela ação (*práxis*) – e pelo discurso (*lexis*) que a acompanha e revela – que nos inserimos no mundo, constituindo um *intium*, uma espécie de segundo nascimento que confirma nosso aparecimento corpóreo original e mostra quem somos; se é certo que na medida em que agimos e falamos uns com os outros o início de algo novo incide sobre uma teia já existente de relações humanas; se a ação (a efetivação da condição humana da natalidade) e o discurso (a efetivação da condição humana da pluralidade) ‘iniciam novo processo, que mais tarde emerge como história singular da vida do recém-chegado, que afeta o modo singular da história da vida de aqueles que com quem ele entra em contato’ (ARENDETT, 2000, p. 196), então, se um mundo comum (próprio à intersubjetividade, constituído pela e para a pluralidade humana, visto e ouvido por todos de ângulos diferentes) é o que precede a nossa chegada, é aquilo que adentramos ao nascer e o que haverá depois de nossa partida, por um lado, conclui Arendt, a esfera característica da era moderna (esfera social, na qual se apagam as diferenças entre esfera pública e esfera privada, aquela tornando-se função desta) não pode se constituir em mundo comum, pois estamos diante de seres inteiramente privados” (Martins, 2010, p. 10).

no qual a necessidade de recusa à subversão estavam personificadas na ação de forças sociais eficazes. [...] Com a crescente integração da sociedade industrial, essas categorias estão perdendo sua conotação crítica, tendendo a tornar-se termos descritivos, ilusórios ou operacionais.

Assim, denunciar a inversão entre meios fins, entre o agir e o pensar, nos permite, no mesmo movimento, trazer à tona o conceito de abstração. Pois, se se trata da ascensão de um Eu abstrato que carece agir sobre um mundo também sem qualidades para confirmar sua existência igualmente dessubstancializada, parece-nos claro que a *necessidade* da práxis é ela mesma uma abstração, não apenas enquanto pressuposto, mas enquanto realização, já que a *práxis* torna-se ela mesma *práxis* qualquer de um sujeito – ou grupo de sujeitos – fantasmático. Nos termos de Kurz em seu diálogo com Adorno, “a pretensão de práxis reduzida na teoria não representa, de modo algum, o ‘concreto’: pelo contrário, aqui a própria práxis torna-se um elemento abstrato, torna-se a práxis em geral, que é confrontada irrefletidamente com a teoria enquanto tal.” (Kurz, 2007, s.p). O que se tem aí, em última análise, é o capital pensando e agindo sobre si mesmo, pois seja em seus *postos* seja em seus *pressupostos* a *práxis* identifica-se negativamente com a dominação. O exemplo dos governos petistas, e a forte reação a eles a partir de 2013/2014 evidenciam esse processo. Pois foram justamente os maiores beneficiados – o capital rentista, o subproletariado alçado às “classes médias” e as próprias classes médias tradicionais – seus maiores algozes. E assiste-se nesse desenredamento, o progresso avassalador do conservadorismo e do reacionarismo²⁰.

Notar o caráter regressivo da ação contingencial põe-nos diante dos fundamentos e da natureza da própria crise. Pois esta traz consigo dois sentidos fundamentais, um que aponta para uma entropia, uma imersão na própria crise e aponta no máximo para um retorno ao estado de não-crise, de normalidade; e outro, que aponta para a superação

²⁰ Reacionário e conservador não são termos que possam ser tratados como sinônimos. De acordo com Salles (2017), “nem todo reacionarismo é conservador e nem todo conservadorismo necessariamente implica numa reação a uma situação preestabelecida.” (págs. 72-73).

real da crise, pois trata-se de um momento crítico, uma vez que “crise e crítica são formas distintas de expressar um mesmo processo, quando se refere à modernização” (Alfredo, 2010, p. 38). Assim sendo, se toda crise representa um momento crítico é igualmente possibilidade de ruptura, mas, dialeticamente, possibilidade de continuidade. Resta saber se a crise que vivemos aponta para dentro ou para fora de si mesma.

É a consideração da “metafísica real da modernidade” como momento fundante do real no moderno na forma da abstração real das qualidades sensíveis do mundo, que fornece um método de compreensão dos movimentos contraditórios que se interpõe na constituição deste mesmo real. Como nos aponta Theodor Adorno (1995, p. 71), a

Abstração não é culpa de um pensamento especulativo, obstinado e desligado da realidade, mas sim da relação de troca, da abstração objetiva a que o processo da vida social obedece. O poderio de tal abstração sobre os homens é mais concreto do que o de qualquer instituição individual que, tacitamente, se constitui, de antemão, de acordo com o sistema e o inculque nos homens.

E isso não é outra coisa senão o irreal vivido diretamente como real, pois o que o era “se esvai na fumaça da representação” (Debord, 1997). Se assim é, resta compreender os laços que fundem o contraditório numa realidade ao mesmo tempo abstraída de suas qualidades e imersa em si mesma até os confins do espírito.

PALAVRAS FINAIS

São esses, acreditamos, alguns dos desafios interpostos àqueles que tentam compreender os rumos atuais da formação social brasileira. O que se impõe é a necessidade de compreensão de que não se faz possível trazer à luz as determinações do atual momento crítico sem ter em conta que essas se vinculam decisivamente a uma

forma de sociabilidade cada vez mais circunscrita ao processo de reprodução ampliada do capital. Igualmente, é preciso estar atento às mistificações que tal forma de sociabilidade nos constrange. Como bem disse Marx (2010, p. 82), “que o racional é real, isso se revela precisamente em contradição com a realidade irracional, que, por toda parte é o contrário do que afirma ser e afirma ser o contrário do que é”. Essa irracionalidade do real que o faz ser em aparência a negatividade de sua essência, obnubila a compreensão do lugar ocupado pelo Brasil no jogo das forças produtivas, bem como adia a percepção de que o processo de valorização é, e apenas pode ser, crítico em seus próprios fundamentos. De modo que o que transparece em termos fenomênicos como crise política e econômica comunica-se diretamente aos limites internos da forma valor.

Por fim, é preciso ter em conta que, sob as determinações descritas, a democracia, reduzida a alienação de governar a si mesmo, apenas pode se realizar na forma fetichizada da política e do Estado. Governar torna-se possível, assim, apenas na medida em que se assume o Estado muito mais como *oiconomus* que *politeia*. O verdadeiro desafio seria então não a crítica e o desvendamento deste ou daquele governo, deste ou daquele partido, mas do mundo que demanda a forma governo e a forma partido. Não obstante, apenas na quebra poética do ritmo – inclusive do ritmo que o pensamento crítico se põe – em detrimento da mera ação prática e contingencial, o desvendamento da irracionalidade do real e sua crítica necessária tornam-se possíveis.

REFERÊNCIAS

Adorno, Theodor (1932). *A ideia de História Natural*. Recuperado em 14 junho, 2017, de: <http://planeta.clix.pt/adorno/>.

Adorno, Theodor. (1994). *Crítica cultural e sociedade*. In G. Cohn (Org.). *Theodor Adorno: Sociologia*. São Paulo: Ática.

Adorno, Theodor (1995). *Palavras e sinais*. Petrópolis: Vozes.

Adorno, Theodor (2002). *Tempo livre*. In Theodor Adorno. *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra.

Alfredo, Anselmo (2010). Crise imanente, abstração espacial. Fetiche do capital e sociabilidade crítica. *Terra Livre*, 1(34), 37-62.

Almeida, Rodrigo (2007). Dos interesses. *Revista Insight Inteligência*, IX(36), 56-70 *apud* Garcia, Garcia, Cyro (2008). *Partido dos Trabalhadores: da ruptura com a lógica da diferença à sustentação da ordem*. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.

Anderson, Perry (2016).. *A crise no Brasil*. Recuperado em 21 junho, 2017, de: <http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2016/abril/16.04-Crise-no-Brasil.pdf>.

Arantes, Paulo (2014). *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo.

Arendt, Hannah (2000). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Bey, Hakim (2011). *Contra a legalização*. Recuperado em 14 abril, 2013, de: http://pt.protopia.at/wiki/Contra_a_Legaliza%C3%A7%C3%A3o.

Bonifácio, Frederico R. (2017). *Negatividade e poiésis: os limites internos absolutos da crítica e da política*. *Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017 De O capital à Revolução de Outubro (1867-1917)*. Niterói, RJ, Brasil, I.

Cunha, Daniel (2013). Resistência e direito à cidade: esboço de uma gênese do movimento em Porto Alegre. *Sinal de Menos*, 5(n.esp.), 15-26.

Debord, Guy (1997). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Denski, Pedro (2012). O mais intenso deleite que proporciona o homem a si mesmo – metafilosofia e abertura poética para o mundo na obra de Henri Lefebvre. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil *apud* Viegas, Maria I. (2014) *O enigma do rosário: os mistérios da (re)existência nas correntezas da urbanização*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Dias, F. C. T. (2014). *O tédio como gris administrado: dos limites da organização social do trabalho aos impasses da psicologia*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, MG, Brasil.

Garcia, Cyro (2008). *Partido dos Trabalhadores: da ruptura com a lógica da diferença à sustentação da ordem*. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.

Habermas, Jürgen (2000). O discurso filosófico da modernidade. São Paulo: Martins Fontes *apud* Arantes, Paulo (2014). *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo.

Hobsbawm, Eric (1979). *A era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Jappe, Anselm (2006). *As aventuras da mercadoria: por uma nova crítica do valor*. Lisboa: Antígona.

Kosik, Karel (1976). *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Kurz, Robert (2014). *Dinheiro sem valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política*. Lisboa: Antígona.

Kurz, Robert (2010). *A indústria cultural no século XXI: sobre a atualidade da concepção de Adorno e Horkheimer*. Recuperado em 4 agosto, 2016, de: <http://www.obeco-online.org/rkurz406.htm>.

Kurz, Robert (2007). *Cinzenta é a árvore dourada da vida e verde é a teoria*. Recuperado em 30, março, 2015, de: <http://www.obeco-online.org/rkurz288.htm>.

Lefebvre, Henri (2004). *Rhythmanalysys: space, time and everyday life*. London: Continuum.

Lefebvre, Henri (1977). A "práxis": relação social como processo. In Marialice Mencarini & José S. Martins (Orgs.). *Sociologia e sociedade: Leituras de introdução à sociologia* (pp. 183-210). Rio de Janeiro: LTC S/A.

Lefebvre, Henri (1972). *O pensamento marxista e cidade*. São Paulo: Ulisseia.

Lefebvre, Henri (1969). *Introdução à modernidade*. São Paulo: Paz e Terra.

Lefebvre, Henri (1968). *Le Droit à la ville*. Paris: Anthropos.

Lefebvre, Henri (1967). *Metafilosofia: prolegômenos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Marcuse, Herbert (1982). *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar.

Marques, Paulo (2013). *A revolta e seu duplo: entre a revolta e o espetáculo. Sinal de Menos*, 5(n.esp.), 55-79.

Martins, Sérgio (2010). Poder, política, urbano e a caixa de pandora. *Cidades*. 7(11), 79-120.

Marx, Karl (2007). *Teses sobre Feuerbach*. In K. Marx & F. Engels. *A ideologia alemã* (pp. 537-540). São Paulo: Boitempo.

Marx, Karl (2010). *Crítica à filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo.

Marx, Karl (2015). *O 18 Brumário de Luís de Bonaparte*. In K. Marx. *A revolução antes da revolução II* (pp. 319-398). São Paulo: Expressão Popular.

Rancière, Jacques (1996). O dissenso. In Adauto Novaes (Org.). *A crise da razão* (pp. 367-382). São Paulo, Cia das Letras, 1996.

PT [Partido dos Trabalhadores] (1998). *Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Safatle, Vladimir (2016). *A derrota é algo que se constrói a frio*. Revista Cult, 212. Recuperado em dia mês, ano, de: <https://revistacult.uol.com.br/home/derrota-e-algo-que-se-constroi-frio/>.

Salles, Diogo (2017). A concepção pedagógica e o projeto educacional conservador e reacionário do Movimento Escola sem Partido: uma crítica a partir da função de subjetivação do processo de ensino-aprendizado. *Revist Aleph*, XIV(28), 64-87.

Singer, André (2015) Quatro notas sobre as classes sociais nos dez anos do lulismo. *Psicologia USP*, 26(1), 7-14.

Therborn, Göran (1991). *La ideologia del poder y el poder de la ideologia*. México: Siglo Veintiuno.

Vainer, Carlos (2013). Quando a cidade vai às ruas. In *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram conta das ruas do Brasil* (pp. 35-40). São Paulo: Boitempo/Carta Maior.

Veloso, André (2015). *O ônibus, a cidade e a luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Viegas, Maria I. (2014) *O enigma do rosário: os mistérios da (re)existência nas correntezas da urbanização*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Žižek, Slavoj (2008). *A visão em paralaxe*. São Paulo: Boitempo.

CRISE E CRÍTICA: 2013 ENTRE DOMINAÇÃO E RUPTURA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Resumo

Nesse ensaio, pretendemos analisar, a partir de um recorte teórico centrado na apropriação e uso relacionados ao espaço geográfico, as jornadas de junho de 2013 e alguns de seus desdobramentos posteriores, bem como intentamos verificar sua relação com o impedimento do governo Dilma Rousseff em 2016. Assim, inicialmente faremos um resgate dos sentidos e significados da revolta popular de 2013, posteriormente nos ateremos às determinações que imputaram tal revolta, bem como buscaremos compreender seus limites. Limites estes que, como buscaremos delinear, comunicam-se de maneira decisiva a uma forma específica de sociabilidade em que todos os tempos, espaços e ritmos tendem a estar subordinados pelas determinações da abstração real capitalista.

Palavras-chave

Jornadas de junho. Crise. Práxis. Poiésis.

CRISIS Y CRÍTICA:2013 ENTRE DOMINACIÓN Y RUPTURA EN EL BRASIL CONTEMPORÁNEO

Resumen

En este artículo, pretendemos analizar, a partir de un recorte teórico centrado en la apropiación y uso relacionados al espacio geográfico, las jornadas de junio de 2013 y algunos de sus desdoblamientos posteriores, así como intentamos verificar su relación con el impedimento del gobierno Dilma Rousseff en 2016. Así, inicialmente haremos un rescate de los sentidos y significados de la revuelta popular de 2013, posteriormente nos atenemos a las determinaciones que imputaron tal revuelta, así como buscaremos comprender sus límites. Límites que, como buscaremos delinear, se comunican de manera decisiva a una forma específica de sociabilidad en la que todos los tiempos, espacios y ritmos tienden a estar subordinados por las determinaciones de la abstracción real capitalista.

Palabras clave

Jornadas de junio. Crisis. Práxis. Poiésis.

CRISIS AND CRITICISM: 2013 BETWEEN DOMINATION AND RUPTURE IN CONTEMPORARY BRAZIL

Abstract

In this article, we intend to analyze, from a theoretical snippet centered on the appropriation and use related to the geographic space, the events of June 2013 in Brazil, and some of its later developments. We try to verify its relation with the impediment of Dilma Rousseff government in 2016. Thus, we will initially comment the senses and meanings of the popular events of 2013, then we will construe to the determinations that imputed such a revolt, as well as seek to understand its limits. Limits which, as we shall seek to delineate, communicate decisively to a specific form of sociability in which all times, spaces, and rhythms tend to be subordinated by the determinations of real capitalist abstraction.

Keywords

Events of June. Crisis. Praxis. Poiésis.

CONTRIBUIÇÃO

Frederico Rodrigues Bonifácio

Responsável pela redação inicial e adaptação do texto da dissertação.

Rogata Soares Del Gáudio

Responsável pela proposição e correção.

AGRADECIMENTOS

-

DECLARAÇÃO DE INEDITISMO

Es autores declaram que o texto é inédito.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES

Es autores declaram não haver conflito de interesses.

COMO CITAR ESTA CONTRIBUIÇÃO

Bonifácio, Frederico R. & Del Gáudio, Rogata S. (2019). Crise e crítica: 2013 entre dominação e ruptura no Brasil contemporâneo. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 6(15), 325-363.